

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO: DESAFIOS PARA O ENVOLVIMENTO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE

Gisele Garcia Alarcon, Marta Tresinari Wallauer & Cláudio Henschel de Matos

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – PEST é uma das maiores e mais importantes Unidades de Conservação (UC) do Sul Brasil. Abrange 9 municípios do Estado de Santa Catarina, 5 ilhas e 2 arquipélagos continentais, totalizando 90 mil hectares (FATMA, 1976).

O Decreto nº 1260/1975 que criou o PEST, elenca mais de 60 justificativas para a sua preservação, destacando-se: o potencial como fonte de abastecimento de água; as espécies da fauna e flora; a contribuição para a regulação do clima; a beleza da paisagem e o potencial turístico. O Programa de Mobilização Comunitária e Educação Ambiental para o PEST - PROMOCEA atende as especificações do Contrato nº 012/2005, firmado entre a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FATMA e a CAIPORA Cooperativa¹, no que se refere ao desenvolvimento e implementação de ações de mobilização comunitária e educação ambiental, por um período de dois anos, nos nove municípios abrangidos pelo Parque.

O Programa envolve cinco públicos-alvo (professores, técnicos do PRAPEM/Microbacias 22, lideranças políticas, agricultores e ONG's) em atividades que visam a capacitação e a sensibilização acerca das potencialidades e problemáticas do Parque, bem como a valorização de práticas sustentáveis em seu entorno. Neste trabalho serão apresentados e discutidos os resultados alcançados no que tange ao envolvimento dos professores dos nove municípios do Parque.

A educação ambiental (EA) é reconhecida nas diretrizes da Lei do SNUC3 como uma das práticas a serem incentivadas para a melhor gestão das UC's. Justifica-se, desta forma, a aplicação de trabalhos de EA que busquem romper a consagrada dicotomia entre

¹ CAIPORA Cooperativa para Conservação da Natureza – é uma cooperativa fundada em 2002 que tem como principal objetivo “contribuir para a conservação da natureza e para o bem estar social através da produção de conhecimento e da prestação de serviços qualificados na área ambiental”.

² Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

³ Lei Federal nº 9.985 de 2002 – estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

o homem e o meio natural, e que trabalhem tanto o nosso modo de ver a natureza quanto nossa própria identidade enquanto parte dela. De acordo a Política Nacional de EA², o Poder Público deve incentivar a sensibilização da sociedade para a importância das UC's e propiciar a ampla participação da escola na formulação e execução de programas vinculados à EA não-formal.

A despeito da relevância ecológica, econômica e social do Parque e dos inúmeros esforços para a implementação desta UC, a descontinuidade de ações e a carência de recursos financeiros, humanos, administrativos e políticos têm consolidado um cenário de grande descrédito por parte das comunidades de seu entorno. Segundo o Plano de Zoneamento do Parque, *o Parque passou a ser visto como um obstáculo, ao invés de uma possibilidade alternativa de atrativo ecoturístico e de qualidade de vida, o que propiciou, em muitos casos, a formação de uma identidade negativa junto às comunidades locais* (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

Neste contexto, os professores são potenciais multiplicadores e agentes de transformação nas comunidades, pois além de trabalharem com crianças e jovens, estão vinculados aos pais dos alunos através das associações de pais e professores. O envolvimento de professores é um passo importante para a constituição de um público multiplicador de informações sobre o Parque.

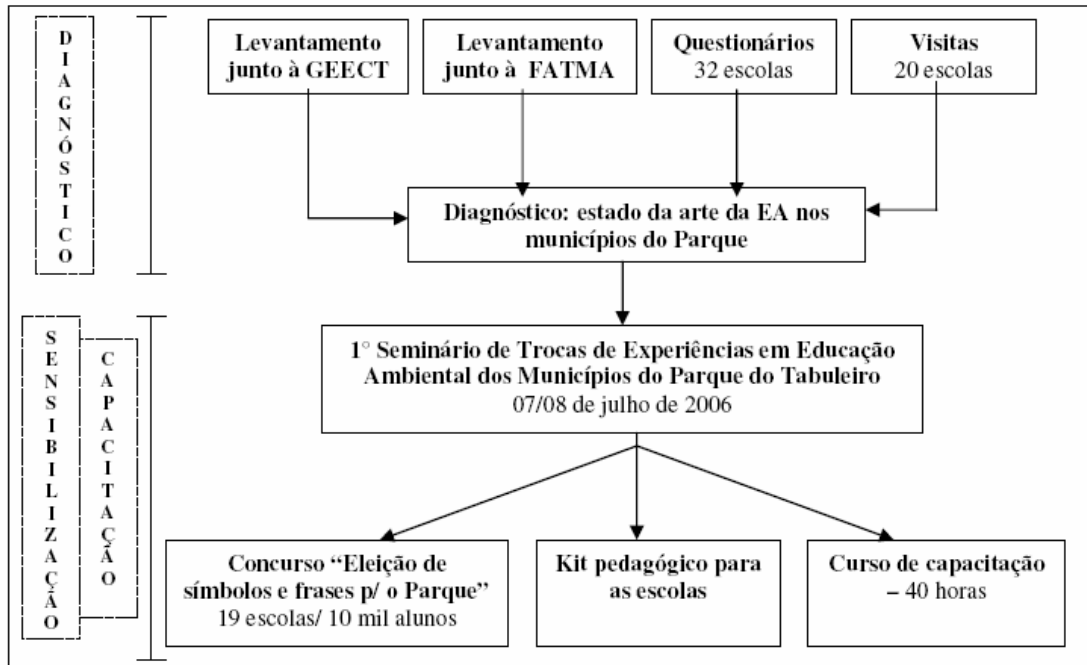
O objetivo do PROMOCEA é mobilizar diferentes segmentos sociais relacionados ao Parque para promover a sensibilização acerca de sua importância e a capacitação em EA necessária ao envolvimento público e institucional para a consolidação desta UC. No que tange aos professores, os objetivos do Programa são sensibilizar este público-alvo e capacitá-lo para desenvolver instrumentos de diagnóstico ambiental participativo e outras abordagens metodológicas capazes de fomentar a reflexão sobre potencialidades e problemáticas locais.

A metodologia do trabalho contou com um diagnóstico prévio e o desenvolvimento de atividades de sensibilização e capacitação. Inicialmente foi necessário identificar iniciativas pretéritas realizadas pela FATMA e pelas GEECT's³ junto a este público-alvo, bem como as iniciativas não formais no âmbito escolar. Este levantamento subsidiou as

² Lei Federal n ° 9.795 de 27 de abril de 1999

³ Gerências de Educação Ciência e Tecnologia – São três as GEECT's na abrangência do Parque: São José, Laguna e Tubarão.

ações subseqüentes do Programa. O organograma abaixo sistematiza as etapas metodológicas adotadas.



O levantamento inicial diagnosticou a desarticulação institucional entre as GEECT's e a FATMA, a descontinuidade de ações de capacitação de professores, a presença significativa de atividades de EA não-formal nas escolas, a natureza preservacionistas dessas ações, a precariedade de materiais sobre o Parque e a ausência de trabalhos sobre esta UC nas escolas.

Com base neste cenário e com objetivo de promover uma articulação entre os segmentos institucionais, as escolas e ONG's, foi realizado o "1º Seminário de Trocas de Experiências em EA do Parque", que totalizou 14 horas de evento e contou com a participação de 53 convidados, dentre professores, representantes das GEECT's, da FATMA, da EPAGRI⁴ e de ONG's.

O Seminário proporcionou a sensibilização dos professores acerca da importância do Parque como tema para a EA formal e não-formal, bem como instrumentalizou o PROMOCEA para dar continuidade às ações previstas para este público-alvo. O desdobramento do Seminário foi a realização de um concurso para eleição de símbolos e

⁴ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

frases para o Parque, realizado em 19 escolas com cerca de 10 mil alunos, a preparação de um kit pedagógico com 33 livros e 7 vídeos sobre EA e UC's e, por fim, um curso de capacitação de 40 horas, previsto para 2007.

Não há por parte da instituição gestora do Parque uma proposta sistemática de EA envolvendo as escolas de seu entorno, embora o Artigo III da Lei nº 9.795/99 preveja que os órgãos do SISNAMA devam promover ações de EA integradas a programas de conservação e melhoria do meio ambiente.

Há pouca articulação entre a FATMA, as Secretarias Municipais de Educação e a EPAGRI, o que acaba por gerar uma sobreposição de projetos e a descontinuidade de ações voltadas ao PEST.

Existe pouca flexibilidade na estrutura curricular para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares de EA e, aliado a ausência de materiais didáticos, pouca disponibilidade de tempo e capacitação dos professores e ausência de apoio institucional, as atividades de EA nos municípios do Parque são voltadas principalmente para aspectos preservacionistas (fauna, água e lixo) e estão pouco embasadas em uma perspectiva crítica e problematizadora, que valorize os saberes locais e contribua para a formação de uma proposta de uso e conservação do PEST.

Os problemas oriundos da morosidade na regularização fundiária, da ausência da fiscalização e da caça indiscriminada tornam-se uma barreira para o sucesso da implementação de atividades de educação ambiental nas escolas do entorno do Parque. Aliado a estes conflitos, existe muito pouca informação disponível acerca do Parque, tanto em relação à sua relevância ecológica e econômica, como as perspectivas e processos de implementação.

Ao longo do processo de envolvimento deste público-alvo no PROMOCEA, os principais desafios para promover uma educação ambiental efetiva, voltada à implementação do Parque são: capacitação permanente dos educadores, estabelecimento de parcerias com órgãos públicos, privados e ONG's, formação do Conselho Gestor, criação de Centros Temáticos nos municípios e a continuidade das ações que envolvem este e os demais públicos-alvo do Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (FATMA). Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. FEEMA. Rio de Janeiro: 1976. 169p.

SOCIOAMBIENTAL – Consultores Associados Ltda. Produto Básico de Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Vol. I. Florianópolis: 2001. 279p. Relatório Técnico.